

ANEXO 10**CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO AO PODER CONCEDENTE E, SE O CASO,
TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO**

ANEXO X

CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO AO PODER CONCEDENTE E, SE O CASO, TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL n° [●]/[●]

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO LOTE DENOMINADO ~~CONCESSÃO CARBONO ZERO~~ (PIRACICABA – PANORAMA), CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

1. Conceitos Básicos

1.1. Este ANEXO tem por objetivo definir as condições fundamentais para a devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA com ou sem TRANSFERÊNCIA, do todo ou parte, à concessionária que porventura a suceda (doravante denominada "SUCESSORA").

1.2. Assim, para fins de cumprimento deste ANEXO, as menções e regramentos referentes à DEVOLUÇÃO aplicam-se, também, em caso de TRANSFERÊNCIA, termo que designa, neste Anexo, e que deve ser aqui compreendido como a nova concessão de bem ou conjunto de bens revertidos ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA.

1.3. Ademais, todas as menções à TRANSFERÊNCIA e/ou à SUCESSORA serão aplicáveis se, e somente se, a qualquer momento antes do término da CONCESSÃO, houver processo licitatório já finalizado e, portanto, com vencedor declarado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o todo ou parte do SISTEMA RODOVIÁRIO compreendido pelo LOTE ~~Concessão Carbono Zero~~ (Piracicaba – Panorama). Neste caso, entenda-se por TRANSFERÊNCIA a transmissão direta, do todo ou parte, do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme objeto do processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA.

1.4. Ficam, portanto, aqui estabelecidas, as especificações aplicáveis sobre o estado de conservação/manutenção/operação para cada uma das estruturas existentes dentro do SISTEMA RODOVIÁRIO, o qual abrange as FAIXAS DE DOMÍNIO E INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, quando expirar o prazo contratual.

1.4.1. A CONCESSIONÁRIA, independentemente da manutenção e conservação necessárias a manter o Nível de Serviço Adequado durante o PRAZO DA CONCESSÃO, deverá devolver o SISTEMA RODOVIÁRIO em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por 6 (seis) anos, a partir da zero hora do dia seguinte à extinção da Concessão, das estruturas em geral, principalmente do pavimento e obras de arte especiais. Neste período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais e pavimento.

1.5. Todo o SISTEMA RODOVIÁRIO deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem) que estejam vigentes à época da extinção da Concessão e, subsidiariamente com as normas internacionais correlatas para sistemas rodoviários de características similares.

1.6. As especificações descritas a seguir devem ser entendidas como condições mínimas para a devolução e/ou transferência e terão, ainda, como subsídio fundamental, os Memoriais Descritivos e Projetos Referenciais das Rodovias do SISTEMA RODOVIÁRIO, disponíveis para consulta nos órgãos técnicos da CONTRATANTE.

2. Descrição das Condições

2.1. Pavimento

2.1.1 Os pavimentos deverão ser devolvidos pela CONCESSIONÁRIA ao Poder

Concedente, seja representado pelo DER, atual titular da malha a ser transferida, seja por outro representante que eventualmente o substitua, e/ou transferidos, sob supervisão da ARTESP, à SUCESSORA, de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo ANEXO 06 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO, especialmente em seu item [●].

2.1.2 Os ensaios que constam do item [●] do ANEXO 06 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO para verificação da vida remanescente poderão ser substituídos por outros equivalentes quando da devolução e/ou transferência, de acordo com especificações mais recentes da ARTESP, CONTRATANTE, e do PODER CONCEDENTE.

2.2. Obras de Artes Especiais

2.1.3 Caracterizam-se como Obras de Arte Especiais, para fins deste ANEXO, todas as pontes, viadutos, túneis, passarelas, galerias de maior porte, pontilhões, estruturas mistas, ou não, para transposição de vias e/ou córregos e/ou rios, etc., que constituem objeto da CONCESSÃO.

2.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, através do plano de conservação/manutenção para as Obras de Arte Especiais, garantir cumprimento das normas vigentes da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem), quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.

2.2.3. Os Relatórios que instruirão o procedimento de Devolução, descritos neste ANEXO, deverão atentar para as seguintes condições mínimas:

- i. Infiltrações: os tabuleiros deverão estar estanques, não permeando água através de sua estrutura, e a drenagem superficial na Estrutura e Acessos (encontros) funcionando conforme previsto em projeto;
- ii. Fissuras: a estrutura de concreto armado e/ou protendido não deverá apresentar fissuras, decorrentes de falhas de concretagem, efeitos térmicos ou mau uso da estrutura. Como parâmetro de aceitação, as fissuras deverão se apresentar conforme previsto em projeto;
- iii. Juntas de dilatação: deverão ser contínuas, sem falhas que possibilitem infiltrações, não poderão estar encobertas pelo pavimento, com esmagamentos ou aberturas além dos limites previstos em projeto;
- iv. Aparelhos de apoio: aparelhos do tipo neoprene não deverão se apresentar soltos ou fora do lugar de carregamento previsto, distorcidos fora de norma, parcialmente carregados, com frestas expostas e/ou corroídas, com camadas de neoprene abauladas, ressecadas ou revestimentos dilacerados, sem funcionalidade garantida. No caso de aparelhos metálicos, não deverá existir corrosão. Sua locação deverá estar sempre garantida principalmente em aparelhos unidirecionais e suas movimentações características deverão estar também garantidas para o seu bom funcionamento. No caso da existência de "TEFLON", o mesmo deverá estar em condições especificadas em projeto;
- v. Corrosão de aço: No caso de estrutura em concreto armado, protendido, metálico e/ou mista, deverá ser mantido um estado da obra que garanta o não aparecimento e evolução desta anomalia. Desta maneira, não se deverá ter também armaduras expostas, cablagem sem injeção de nata e nem estruturas metálicas expostas a ambientes incompatíveis com sua natureza, incluindo Obras submersas;
- vi. Limpeza sob as Obras de Arte Especial: na região da sua projeção e dos encontros, a Obra

- deverá estar limpa e desmatada;
- vii. Drenagem sob as Obras de Arte: qualquer poço ou veio d'água deverá estar drenado, sem prejuízo às fundações, meso, superestrutura e encontros;
 - viii. Encontros das estruturas: deverá ser garantida a conformação de chegada do pavimento da via à obra de arte em rebaixados e impactos à estrutura;
 - ix. Lajes de aproximação: não deverão apresentar descalçamentos, nem rotações que provoquem aberturas de juntas além das especificadas em projeto;
 - x. Os encontros não deverão permitir deslocamentos e/ou esforços na estrutura de obra, que não tenham sido previstos na sua concepção e dimensionamento;
 - xi. Taludes dos Encontros: todos os taludes deverão estar devidamente protegidos de forma que não descalcem peças da meso ou infraestrutura que dependam deste suporte;
 - xii. Iluminação e telamentos de segurança: deverão estar íntegras a funcionalidade e a durabilidade dos elementos de iluminação nas passarelas;
 - xiii. Condições dos materiais constituintes das OAEs: os materiais deverão garantir as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e conforme as exigências técnicas do projeto estrutural específico da obra.

2.2.4. As expectativas de conservação das estruturas, assim como suas adequações no ato da devolução, deverão atender à Especificação Técnica ET-00.000.000-0-C21/002 para Inspeção e Avaliação Estrutural/Funcional de Obras de Arte Especiais de Concreto Armado e Protendido da ARTESP, ou outra que a substitua ou complemente. As estruturas pertencentes ao SISTEMA RODOVIÁRIO deverão apresentar pelo menos A4 sob aspectos de segurança estrutural e funcional e A5 sob aspecto de durabilidade.”

2.3. Sinalização

2.3.1. Sinalização Horizontal

2.3.1.1. A sinalização horizontal deverá apresentar vida residual de, no mínimo, 12 (doze) meses e as tachas refletivas deverão estar de acordo com as especificações operacionais.

2.3.2. Sinalização Vertical

2.3.1.2. A sinalização vertical deverá estar conforme projeto, adequado à época do término da CONCESSÃO.

2.3.1.3. As placas deverão apresentar, entre outras, as seguintes condições:

- i. Deverão estar limpas, isentas de poeiras e barro;
- ii. As películas deverão apresentar o nível de retro-refletância especificado;
- iii. As placas não deverão estar cobertas por vegetação.

A sinalização deverá estar atualizada e compatível com as modificações de acessos, trevos ou outras vias de acesso que venham a ser implantadas ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.

2.4. Obras de Arte Correntes e Drenagem

2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver em plenas condições de conservação, funcionamento e operação todos os dispositivos de drenagem existentes na faixa de domínio e

instalações complementares.

2.4.2. Para que a CONCESSIONÁRIA garanta a funcionalidade desses dispositivos no ato da devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO, deverão ser observadas as seguintes recomendações:

- i. A drenagem profunda deverá estar desobstruída;
- ii. As canaletas, sarjetas, saídas d'água e bueiros deverão estar desobstruídos e limpos;
- iii. Os cortes e aterros nos entornos dos dispositivos de drenagem não devem apresentar erosões;
- iv. As sarjetas, canaletas, canais de escoamento e demais dispositivos de drenagem deverão estar contínuos, sem trechos interrompidos ou avariados;
- v. Os dispositivos de drenagem deverão apresentar condições estruturais adequadas;
- vi. As canaletas, sarjetas e canais de escoamento deverão estar desassoreados;
- vii. Os poços de visita, bocas de lobo, caixas de transição e caixas coletoras deverão estar desobstruídos;
- viii. As tampas e grelhas deverão estar em perfeitas condições de uso.

2.5. Taludes

2.5.1. As condições de devolução dos taludes de cortes e aterros deverão ser tais que garantam a integridade dos maciços de terraplenagem, não surgindo possibilidades de escorregamento.

2.5.2. Logo, deverão ser observadas, dentre outras, as recomendações abaixo:

- i. Os taludes de corte e aterro não deverão apresentar erosões nem descontinuidade em seus dispositivos de drenagem;
- ii. A geometria dos taludes de corte e de aterro deverá ser compatível com as condições de estabilidade previstas em projeto;
- iii. Os taludes deverão estar isentos de blocos, pedras ou materiais soltos que venham constituir riscos aos usuários;
- iv. O revestimento vegetal deverá apresentar altura máxima de 30 (trinta) cm em áreas genéricas da rodovia e 10 (dez) cm no entorno das instalações operacionais.

2.6. Dispositivos de Segurança

2.6.1. Quando da devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO, os dispositivos de segurança deverão atender às especificações a que se submetem.

2.6.2. As defensas metálicas não poderão apresentar pontos de amassamento, rompimento e descontinuidade.

2.6.3. As barreiras de concreto não deverão apresentar descontinuidades e a estrutura deverá estar isenta de grandes fissuras, de armaduras expostas ou corroídas e de pontos com desagregação do concreto.

2.6.4. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir as rodovias integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO com dispositivos tecnologicamente atualizados, à época da devolução

e/ou transferência, e compatíveis com as alterações físicas que venham a ocorrer na Faixa de Domínio, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, em plenas condições de operação.

2.7. Paisagismo

2.7.1. Toda a área não pavimentada do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar revestida ou fornecer condições para o crescimento de vegetação e garantir a diversidade biológica, seguindo sempre os relatórios técnicos, especificações e medidas mitigadoras estabelecidas pelo RIMA (Relatório de Impacto Ambiental).

2.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar os aspectos funcionais e operacionais, tanto das rodovias integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO, quanto das instalações de apoio e atividades terciárias em função do plantio, crescimento e eventuais interferências por parte de vegetação incidente sobre instalações diversas, como:

- i. Drenagem;
- ii. Iluminação;
- iii. Sinalização;
- iv. Defensas;
- v. Estruturas;
- vi. Edificações;
- vii. Monumentos;
- viii. Equipamentos;
- ix. Visibilidade;
- x. Ofuscamento;
- xi. Efeito "Estroboscópico";
- xii. Estabilidade dos taludes lindeiros, etc.

2.7.3. Toda a área prevista para programas futuros de desenvolvimento (ex: duplicação de pistas) deverá estar livre de espécies arbóreas, bem como de qualquer intervenção que venha a onerar ou dificultar sua remoção.

2.7.4. Para tanto, ao final do PRAZO DA CONCESSÃO, deverão, quando necessário, ser tomadas medidas de manutenção, tais como:

- i. As árvores e arbustos deverão estar devidamente podados;
- ii. Remoção de todo e qualquer material indesejável do corpo paisagístico do SISTEMA RODOVIÁRIO;
- iii. As áreas plantadas deverão estar adubadas e isentas de pragas;
- iv. As áreas principais, tais como: canteiros centrais e laterais, belvederes, pedágios e

- balanças deverão apresentar a grama com uma altura máxima de até 10(dez) cm;
- v. As áreas de revestimento vegetal deverão sofrer, ao menos, duas podas no último semestre do PRAZO DA CONCESSÃO.
- vi. As estruturas de contenção de produtos perigosos e para redução de ruídos deverão estar em boas condições de conservação/manutenção e funcionamento.

2.8 Equipamentos, Veículos e Sistemas de Controle

2.8.1. Deverão ser devolvidos e/ou transferidos os seguintes Equipamentos, Veículos e Sistemas da CONCESSIONÁRIA:

- i. Sistema de Controle de Arrecadação, conforme o item 2.8.5.
- ii. Sistemas de Controle de Fiscalização, conforme o item 2.8.6.
- iii. Sistemas de Comunicação e Relacionamento, conforme o item 2.8.7.
- iv. Sistema de Monitoração de Tráfego, conforme item 2.8.8.
- v. Equipamentos Operacionais, conforme item 2.8.9.
- vi. Equipamentos da Administração, conforme item 2.8.10.
- vii. Equipamentos de Rádio Comunicação, Sistema de Rastreamento e outros que vierem a ser instalados nos Veículos Operacionais e Veículos Cedidos para o Policiamento Rodoviário (PMRv).

2.8.2. Quando da devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO, todos os Equipamentos, Veículos e Sistemas de Controle listados no item 2.8.1 deverão estar 100% (cem por cento) operacionais.

2.8.3. Anualmente, durante os 5 (cinco) últimos anos de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP planilhas contendo as manutenções, revitalizações e trocas de componentes realizadas nos Equipamentos, Veículos e Sistemas de Controle listados no item 2.8.1.

2.8.4. Não estão compreendidos na devolução e/ou transferência:

- i. Veículos de Administração/Gerenciamento.
- ii. Veículos Operacionais, salvo os seus equipamentos tais como: rádio comunicação, sistema de rastreamento e outros que vierem a ser instalados.
- iii. Veículos Cedidos para o Policiamento Rodoviário (PMRv), salvo os seus equipamentos, tais como: rádio comunicação, sistema de rastreamento e outros que vierem a ser instalados.

2.8.5. Sistema de Controle de Arrecadação

Os serviços de pedágio compreendem a operação das praças visando cobrança de Tarifa, controle do tráfego de veículos, durante 24 horas por dia, e o controle financeiro e contábil dos

valores arrecadados.

Para a devolução deste Sistema deverão ser considerados os seguintes subsistemas nos quantitativos em operação em cumprimento aos níveis de serviços exigidos, conforme o Anexo 5 do CONTRATO DE CONCESSÃO:

- i. Sistema Automático: cobrança mediante identificação eletrônica do veículo pelos equipamentos de controle de arrecadação, contendo as informações necessárias para cobrança, que serão capturadas e identificadas pelos equipamentos de controle, na passagem por faixa destinada a cobrança automática da Praça de Pedágio. O conjunto desses equipamentos constitui uma Pista de Cobrança Automática. Para cada Praça de Pedágio instalada, deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos que compõem cada Pista de Cobrança Automática, atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.
- ii. Sistema Semiautomático: modalidade de pagamento com parada do veículo nas cabines manuais, porém com utilização de meios eletrônicos de pagamento. Um conjunto de equipamentos instalado junto às Pistas de Cobranças Manuais constitui uma modalidade de cobrança semiautomática. Para cada Praça de Pedágio instalada, deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos que compõem cada Pista de Cobrança Semiautomática, atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.
- iii. Sistema Manual: cobrança mediante cabines manuais/sistema de arrecadação manual. Um conjunto de equipamentos instalado junto às Pistas de Cobranças Manuais constitui uma modalidade de cobrança manual. Para cada Praça de Pedágio instalada, deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos que compõem cada Pista de Cobrança Manual, atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.
- iv. Sistema de Controle de Violações: para as três modalidades de cobrança, para os veículos isentos e para os veículos trafegando com cargas excedentes, os Sistemas de Controle de Violações instalados em todas as pistas de cada Praça de Pedágio, deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos que compõem cada Pista, atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.

2.8.6. Sistemas de Controle de Fiscalização

- i. Posto Geral de Fiscalização (PGF): o PGF é uma unidade rodoviária, administrada pela Concessionária e operada em conjunto com o Poder Concedente, tendo por objetivo fornecer suporte para o exercício dos serviços, os quais compreendem a fiscalização da documentação de condutores de veículos comerciais, acondicionamento da carga e excesso de peso, altura, largura e comprimento dos veículos. Para cada PGF instalado, deverão fazer parte da devolução além das edificações em perfeito estado de conservação, todos os equipamentos que compõem o Sistema de Pesagem, composto basicamente pelo Sistema de Balança de Precisão Fixa e Sistema de Balança Seletiva de Pesagem em Movimento, atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO e com prazos de aferição válidos.

- ii. Sistema de Pesagem Móvel: as Balanças Móveis destinam-se a fiscalização de peso em pontos de fuga, não cobertos pelos postos de pesagem fixos. Deverão fazer parte da devolução, além das Bases de Balanças Móveis instaladas em perfeito estado de conservação, os equipamentos que compõem o Sistema de Pesagem Móvel, conforme cadastro do Anexo [●] do Contrato de Concessão, atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO e com prazos de aferição válidos.
- iii. Sistema de Controle de Velocidade: visa fazer cumprir o disposto na legislação de trânsito vigente, quanto aos limites máximos de velocidade estabelecidos para o SISTEMA RODOVIÁRIO (ou trechos deste SISTEMA RODOVIÁRIO). Deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos tipo Radar Fixo, Radar Estático e Lombadas Eletrônicas, conforme quantificados no Cronograma Físico-Financeiro, instalados e atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO e com prazos de aferição válidos.

2.8.7. Sistemas de Comunicação e Relacionamento

Corresponde às funções operacionais composto por um Sistema de Telecomunicações, um Sistema de Comunicação com o Usuário, uma rede de Painéis de Mensagens Variáveis e as redes de telecomunicações fixas e móveis, além da ouvidoria e demais canais de relacionamento com o usuário.

Deverão fazer parte da devolução, todos os equipamentos do Sistema de Radiofonia (Estações Fixas, Estações Móveis, Estações Portáteis e Estações Repetidoras), do Sistema de Transmissão de Dados, do Centro de Controle Operacional (CCO), do Sistema de Comunicação com o Usuário (Emergência), do Sistema de Pannel de Mensagens Variáveis (PMVfixo e PMVmóvel), Ouvidoria e Demais Canais de Relacionamento com o Usuário e Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados (WiFi), conforme quantificados no Cronograma Físico-Financeiro, instalados e atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.

2.8.8. Sistema de Monitoração de Tráfego

Corresponde às funções operacionais composto por um Sistema de Monitoração de Tráfego, com equipamentos instalados nos principais pontos do sistema viário, integrados ao Centro de Controle Operacional (CCO) através de sistema de transmissão de dados, em tempo real.

Deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos do Sistema de Sensoriamento de Tráfego (SAT) e Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV, conforme quantificados no Cronograma Físico-Financeiro, instalados e atendendo o nível de serviço exigido no CONTRATO.

2.8.9. Equipamentos Operacionais

Corresponde a equipamentos instalados em edificações operacionais, tais como sede da concessionária, postos de atendimento ao usuário, postos de pesagem de veículos, necessários para o desenvolvimento das atividades ali praticadas.

Deverão fazer parte da devolução, todos os equipamentos do tipo computadores, notebooks, telefones e outros considerados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nas edificações citadas, instalados e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

2.8.10. Equipamentos da Administração

Corresponde a equipamentos instalados em edificações operacionais, tais como sede da concessionária, postos de atendimento ao usuário, postos de pesagem de veículos, necessários para o desenvolvimento das atividades ali praticadas.

Deverão fazer parte da devolução todos os equipamentos do tipo móveis e utensílios considerados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nas edificações citadas, no quantitativo previsto no CONTRATO, instalados e em perfeito estado de conservação.

2.9. Iluminação

2.9.1. A iluminação do SISTEMA RODOVIÁRIO sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA deverá apresentar eficiência de 100% (cem por cento) na data de sua devolução e/ou transferência.

2.9.2. No último semestre do PRAZO DA CONCESSÃO, deverão ser feitas revisão e checagem completa de todo o sistema de iluminação das Praças de Pedágio, pesagem, áreas de policiamento rodoviário e outras, com relatório subscrito pelo representante legal da Concessionária atestando a funcionalidade do SISTEMA RODOVIÁRIO.

2.10. Instalações Operacionais e Equipamentos

2.10.1. Todas as instalações operacionais e de suporte do SISTEMA RODOVIÁRIO, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidas até, no mínimo, a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

2.10.2. Entenda-se como instalação operacional e de suporte:

- i. Praça de Pedágio;
- ii. Posto Geral de Fiscalização (PGF);
- iii. Base de Balança Móvel;
- iv. Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU);
- v. Base da PMRv;
- vi. Área de Descanso para Caminhoneiros;
- vii. Estações Repetidoras de Rádio;
- viii. Centro de Controle de Operações,e
- ix. Edifícios de Administração.

- 2.10.3. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, manutenção e conservação de cada um dos itens abaixo discriminados, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e especificações respectivas:
- i. Estruturas;
 - ii. Impermeabilizações;
 - iii. Alvenarias;
 - iv. Coberturas;
 - v. Forros;
 - vi. Pisos;
 - vii. Revestimentos e acabamentos;
 - viii. Esquadrias e Vidros;
 - ix. Instalações hidráulicas/sanitárias, louças e metais, inclusive;
 - x. Instalações de combate a incêndio;
 - xi. Instalações elétricas, lâmpadas, interruptores e espelhos, inclusive;
 - xii. Iluminação;
 - xiii. Sinalização;
 - xiv. Equipamentos Mecânicos e Eletro-Mecânicos;
 - xv. Sistemas Motogeradores;
 - xvi. Equipamentos Eletrônicos.

2.11. Limpeza

- 2.11.1. Toda a Faixa de Domínio das rodovias integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO objeto da CONCESSÃO deverá estar totalmente limpa, isenta de detritos, cargas derramadas, lixo e escória quando da devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO.

3. Recebimento

3.1. Inspeção

- 3.1.1. Dois anos antes do encerramento da CONCESSÃO, a CONTRATANTE (ARTESP) formará uma COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, composta por representantes do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, e supervisionada pela ARTESP, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO estabelecidas neste Anexo.

- 3.1.2. Caso, no momento da formação da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, ainda não se

tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto incluía nova concessão de parte, ou de todo, SISTEMA RODOVIÁRIO objeto desta CONCESSÃO (ou do Lote ~~Concessão Carbono Zero~~ (Piracicaba – Panorama)), a SUCESSORA será automaticamente integrada à COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO a partir da data de assinatura do novo contrato de concessão.

3.1.3 A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO elaborará o primeiro Relatório de Vistoria e proporá à ARTESP, com a aprovação da CONCESSIONÁRIA e, se existente, anuência da SUCESSORA, os parâmetros que nortearão a devolução e/ou transferência do todo ou parte do SISTEMA RODOVIÁRIO objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO.

3.1.4. O Relatório de Vistoria retratará a situação do SISTEMA RODOVIÁRIO e poderá propor à ARTESP sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua devolução ao PODER CONCEDENTE e/ou transferência à SUCESSORA.

3.1.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.

3.1.6. Tanto em caso de devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO ao PODER CONCEDENTE, quanto em caso de sua transferência à SUCESSORA, deverão ser observadas as regras previstas no item 4 – TRANSIÇÃO deste ANEXO.

3.1.7. Em caso de transferência, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP no mês anterior ao início da Operação Assistida prevista no item 4.2 - Ações de Operação Assistida do SISTEMA RODOVIÁRIO deste ANEXO;

3.2. Relatórios Parciais e Final

3.2.1. A cada 3 (três) meses, a Comissão de Devolução deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP relatório de execução dos trabalhos desenvolvidos, bem como um relatório de acompanhamento da execução das obras em andamento e de monitoramento de pavimento, atestando a qualidade do trabalho desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA.

3.2.1.1. Os Relatórios Parciais poderão ser elaborados e assinados por RELATOR INDEPENDENTE, para subsidiar decisão da ARTESP.

3.2.2. O Relatório de Inspeção Final deverá ser entregue com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, e deverá descrever, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da Comissão, bem como outras informações consideradas relevantes pela Comissão, com um Parecer Final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.

3.2.2.1. O RELATOR INDEPENDENTE poderá ser ouvido quanto às conclusões apresentadas no Relatório Final, previamente à decisão da ARTESP.

3.3. Termo de Recebimento Provisório

3.3.1. Quando atendidas todas as condições de devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO

previstas neste Anexo, será então elaborado, pela ARTESP, o Termo de Recebimento Provisório, que deverá ser assinado pela CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP, e, havendo SUCESSORA, esta deverá a ele anuir expressamente, configurando assim o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do SISTEMA RODOVIÁRIO.

3.3.2. Havendo condições previstas neste ANEXO pendentes de atendimento pela CONCESSIONÁRIA, estas deverão ser cumpridas segundo os regimes a seguir estabelecidos:

- a) Em caso de devolução do PODER CONCEDENTE, o cumprimento das condições pendentes dar-se-á conforme cronograma a ser estabelecido pela ARTESP;
- b) Em caso de TRANSFERÊNCIA, caso não seja viável o cumprimento das condições pendentes até o termo contratual, o montante a elas equivalente será convertido em indenização a ser paga diretamente pela CONCESSIONÁRIA à SUCESSORA e calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

3.4. Transferência Provisória à SUCESSORA

3.4.1. A assinatura do Termo de Recebimento Provisório implica a transferência da operação e manutenção do Sistema, ou parte dele, à SUCESSORA, conforme Ato de Adjudicação do objeto da respectiva licitação vencida, mas não exime a CONCESSIONÁRIA, da responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente da garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.5. Termo de Recebimento Definitivo

3.5.1. Decorrido o período de observação de 6 (seis) meses, contados do Termo de Recebimento Provisório, e não havendo a necessidade de novos reparos por vício ou defeito de execução dos serviços, será então lavrado o competente Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA RODOVIÁRIO.

3.5.2. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.5.3. Decorrido o período de observação de 6 (seis) meses, contados do Termo de Recebimento Provisório, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA RODOVIÁRIO. Se nesse prazo estiverem atendidas todas os requisitos previstos Anexo, o Termo de Recebimento Definitivo informará a regularidade e autorizará a liberação da garantia.

3.5.4. Se, ao final de 6 (seis) meses contados do Termo de Recebimento Provisório, a CONCESSIONÁRIA não tiver cumprido todas as condições previstas nesse Anexo, o PODER CONCEDENTE deverá ser indenizado e/ou a SUCESSORA pleiteará o desconto do valor respectivo, da garantia fornecida pela CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.

3.5.4.1. Em caso de devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO ao PODER CONCEDENTE, será executada a garantia, em montante calculado na forma de reequilíbrio econômico

financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

3.5.4.2. Em caso de Transferência para SUCESSORA, o montante da indenização devida será comprovado pela SUCESSORA mediante instauração de processo administrativo próprio, sobre o qual a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar,

3.5.5. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

4. Transição

4.1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como para a boa operacionalização da transição do Sistema ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:

- i. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas no Sistema ao longo de toda a CONCESSÃO, cadastro de elementos viários, cadastro de acessos e cadastro da Faixa de domínio e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou ARTESP;
- ii. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- iii. Disponibilizar demais informações sobre a operação do SISTEMA RODOVIÁRIO;
- iv. Cooperar com a SUCESSORA e com a ARTESP para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- v. Permitir o acompanhamento da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela SUCESSORA;
- vi. Promover o treinamento de empregados da SUCESSORA, relativamente à operação do SISTEMA RODOVIÁRIO;
- vii. Colaborar com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos no processo de transição;
- viii. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela SUCESSORA;
- ix. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da SUCESSORA, nesse período;
- x. Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;
- xi. Interagir com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação do SISTEMA RODOVIÁRIO;

- xii. Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP;
- xiii. Disponibilizar, no prazo determinado pela ARTESP, vídeo-registro georreferenciado mais recentemente realizado e demais documentos que constituam os inventários mais atualizados, que serão mantidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
- xiv. Disponibilizar pares de usuário e senha para acesso aos Sistemas Digitais de acompanhamento, gestão e gerenciamento de projetos, demandas e atividades operacionais especificados no Anexo VII, para permitir que a SUCESSORA tenha acesso aos dados necessários à perfeita operação e continuidade da prestação do SERVIÇO ADEQUADO no SISTEMA RODOVIÁRIO.

4.2. Ações de Operação Assistida do SISTEMA RODOVIÁRIO:

4.2.1. Nos últimos 3 (três) meses de vigência do CONTRATO da CONCESSIONÁRIA, a SUCESSORA, com o prévio conhecimento e aquiescência da CONCESSIONÁRIA e da ARTESP, poderá alocar pessoal no acompanhamento da operação e manutenção do SISTEMA RODOVIÁRIO, a fim de se familiarizar com a operação do SISTEMA RODOVIÁRIO objeto da CONCESSÃO.

4.3. Solução de Conflitos na fase de Transição

4.3.1. Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente, à ARTESP, com cópia para aos demais membros, em até 15 (quinze) dias antes da lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressaltados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da Comissão de Devolução poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.

4.3.2. As manifestações apresentadas serão analisadas pelo corpo da ARTESP, em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua constituição.

4.3.3. Caso a divergência apresentada tenha sido objeto de análise pelo RELATOR INDEPENDENTE, suas conclusões serão vinculantes à CONCESSIONÁRIA, prevalecendo sobre suas manifestações anteriores, salvo na hipótese de comprovada ilegalidade.

4.3.4. A decisão do Conselho Diretor da ARTESP sobre o inconformismo do membro da Comissão de Devolução tem força vinculante para esta, que deverá adotar, imediatamente após sua intimação, as medidas determinadas, visando à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, se antes do final da CONCESSÃO, ou do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, se durante o período de observação.

4.3.5. A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da Comissão de Devolução, inclusive do Relatório de Vistoria, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições do SISTEMA RODOVIÁRIO, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da Comissão de Devolução, tampouco que sejam objeto da garantia de vida útil prevista neste ANEXO, deve ser indenizado pela CONCESSIONÁRIA, diretamente à SUCESSORA.

4.3.4. É vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como a imposição de qualquer ônus não decorrente do CONTRATO DE CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA, no período de transição.

4.3.5. Toda e qualquer definição conjunta entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA, referente ou não à fase de transição, e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do serviço concedido, deverá ser comunicada à ARTESP, mas não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA, nem poderá implicar qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE.

4.3.6. É permitida, também, a composição entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA quanto aos bens que integram a CONCESSÃO e que deverão ser transferidos diretamente à SUCESSORA, desde que tal composição seja previamente aprovada pela ARTESP e não implique qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE ou à qualidade da prestação de serviço ao usuário, razão pela qual dela não derivará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA.